



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 40/XI-3º/2015-16

- 1 - Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas 20H30, no do Clube Recreativo Charnequense, sito na avenida Elias Garcia, Palhais, na Charneca de Caparica, realizou-se a reunião da Sessão Extraordinária Solene Comemorativa do 25 de Abril de 1974.
- 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr.^{as} Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.
- 4 - Foi aberto o Período de Antes da Ordem do Dia apenas para efeitos de substituição de Membros da Assembleia Municipal.
- 5 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:
 - 5.1 - O Presidente anunciou o pedido de Suspensão de Mandato, por um período de seis meses, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, nos termos e para os efeitos do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, (**Conforme Anexo I**).
 - 5.1.1 - O Pedido de Suspensão de Mandato que submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.
 - 5.2 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:
 - O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 27 de abril de 2016, (Ent. nº /XI-3º), (**Conforme Anexo II**).



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência nos dias 27, 28 e 29 de abril de 2016, (Ent. nº /XI-3º), (**Conforme Anexo III**).
- A Senhora Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 27 de abril de 2016, (**Conforme Anexo IV**).

5.2.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2016, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo V**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2016, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral, (**Conforme Auto de Posse, Anexo VI**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por suspensão do mandato, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos e por impedimento da cidadã Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, (**Conforme Auto de Posse, Anexos VII e VIII**).
- O Candidato Senhor Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de abril de 2016, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Posse, Anexo IX**).

5.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Sr. Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço.

6 - Deu-se início à Sessão Comemorativa com as intervenções dos Srs. Deputados Municipais Alexandra Correia, António Pedro Maco, Carlos Guedes, António Salgueiro, Paulo Viegas, Margarida Luna de Carvalho e do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.1 - Usou da palavra a Sr.ª Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Comemoração dos 42 anos da Revolução do 25 de Abril

Exm.ºs Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias de mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. e Sras. Vereadores e Vereadoras, Srs. e Sras. Deputados e Deputadas, caros cidadãos e cidadãs do Concelho de Almada

Celebramos neste ano de 2016, 42 anos da revolução do 25 de Abril.

Ano após ano, festejamos esta data representativa do dia em que Portugal e os portugueses se libertaram de um regime ditatorial do estado novo, um regime opressivo que negava ao povo português o seu direito mais básico, a liberdade de ser.

A conquista desta dita liberdade, permitiu que entre encantos e desencantos Portugal e os portugueses crescessem como pessoas e cidadãos. Esta liberdade permitiu o acesso à informação e à educação. Permitiu que com mais ou menos facilidade perseguissem os seus sonhos e moldassem as suas vidas à sua vontade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

25 de Abril de 1974 deveria ter sido o dia em para os portugueses ficasse claro que todos os seres têm direito à liberdade e à vida.

42 anos depois continuamos na luta. Quando parecia que as coisas estavam a melhorar, Portugal sofre um novo golpe e as nossas vidas voltam a ficar mais vulneráveis e por nossas vidas entenda-se as vidas de Pessoas, Animais e a Natureza.

42 anos depois continuamos a ter pessoas sem teto, pessoas a mendigar trabalho a troco de quase nada. Vergonhosamente temos famílias desesperadas e crianças que não têm o que comer, temos hospitais que não têm capacidade de resposta para os utentes, temos falta de médicos, temos universidades que só estão ao alcance de alguns, temos animais abandonados, acorrentados, maltratados e discriminados, temos zonas protegidas desrespeitadas e abusadas, temos falta de apoio e de dinheiro onde ele realmente faz falta.

Continuamos com graves deficiências ao nível do reconhecimento e igualdade de direitos do homem e da mulher assim como a de qualquer animal não humano.

42 anos depois vemos alguns avanços, vemos alguma abertura de mentalidades. O país e o mundo bem precisam de uma nova revolução, de pessoas com carácter e coragem de lutar pelos nossos direitos.

É preciso respeito pela vida do mar, da terra e do ar. É hora de investir em outras frentes, é preciso continuar a mudar políticas, mantermo-nos atualizados no nosso tempo para que juntos possamos evoluir e contribuir para uma sociedade mais justa, equilibrada com recursos acessíveis a todos e não só a alguns.

É preciso continuar a lutar pela Saúde, pela Educação, pelo Trabalho, pela Alimentação, pela Habitação, pelo Ambiente e pela Igualdade de Direitos.

Ano após ano defendemos e continuaremos a lutar pelas pessoas pelos Animais e pela Natureza.”

6.2 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Democratizar, desenvolver, descolonizar, foram os três D's pilares do programa MFA que tinham como objetivo cortar radicalmente com o passado e dar uma melhor qualidade de vida ao povo português.

1º D - Democratizar - deixar à responsabilidade de cada português, ser dono do seu destino e da escolha para o seu país.

Democratizar, para que todos tenham acesso livre quer às necessidades básicas e da vida quotidiana, quer ter acesso a direitos que possam tornar a vida de cada um com mais instrução, mais dignidade e com mais qualidade.

A democracia não só se conquista, também se preserva. E preservar a democracia deve ser missão de cada um, cuidando da liberdade de opinar, de agir, pensar e ser diferente.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A democracia jamais se absterá da liberdade, pois não há liberdade sem democracia nem democracia sem liberdade.

Hoje, 42 anos depois, Portugal continua a trilhar o caminho para que a liberdade e a democracia possam ser uma realidade e caminhar lado a lado para a consolidação duma sociedade pluralista, onde se respeitem as diferenças e a legítima vontade do Povo.

Essa mesma vontade, a não ser respeitada, ao se subverter as regras e costumes consuetudinários conquistados ao longo dos anos com maturidade e com anuência não será salvaguardada a essência do 3º D.

A democracia é o poder do povo, é o poder de transmitir a quem governa uma vontade e um desejo. Esse desejo deve ser sempre, mas sempre respeitado.

E é assim necessário aprofundar passo a passo as virtudes da democracia, que possam abrir portas e oportunidades a todos os que querem contribuir para o crescimento e para o desenvolvimento económico, social, político e cultural do país, em nome de um Portugal mais livre e mais maduro.

2º D Desenvolver - desenvolver um país, apostar na sua massa crítica e retirar valor acrescentado para o bem comum, apostando ainda nos recursos naturais que tem ao seu dispor, em paralelo com a persistência e com o destemor do povo português, é a chave do sucesso para um país desenvolvido e com futuro.

O país dos dias 25, dias de liberdade, é um país que sonhou e sonha com a oportunidade, que sonha com construção duma sociedade assente nos valores do coletivo tendo consciência da legitimidade do bem privado e da livre iniciativa, rejeitando ao mesmo tempo, o centralismo do estado e as imposições controladoras da produtividade e do funcionamento da economia.

Só pode haver desenvolvimento, numa economia livre e aberta ao mundo e que rejeite dogmas instalados ou modelos fracassados ao longo da história que impeçam uma economia de livre mercado e expansionista.

3º D Descolonizar - não devemos esquecer que numa guerra não há bons nem maus: há simplesmente seres humanos que, infelizmente, tentam por imposição da força, fazer valer o seu pensamento e as suas ideias em detrimento do próximo.

O Portugal de hoje, deve aprender com o passado.

Deve reconhecer a liberdade de cada povo, de cada etnia, de cada língua, fazendo pontes comuns que dignifiquem a paz entre os povos e a harmonia nas sociedades.

Reconhecer que cada um é diferente, e que cada um tem direito à sua autodeterminação, é sinónimo de um povo maduro e tolerante, apanágio de uma sociedade com maturidade intelectual e com respeito próprio.

Infelizmente, nem sempre é assim nos dias de hoje, havendo ainda povos subordinados e submissos a quem a identidade lhes é subtraída, sendo nalguns casos, originário dos seus próprios compatriotas.



Descolonizar é também reconhecer os erros do passado e sobretudo, contribuir para o sucesso do futuro.

Descolonizar continua a ser a solidariedade para com os povos irmãos e a entreajuda que deve haver entre aqueles que devem ter caminhos comuns na procura da liberdade e da democracia.

Descolonizar na prática é também descolonizar mentalidades, medos e dogmatismos.

É também reconhecer todos aqueles que outrora cumpriram a sua missão ao serviço da sua pátria e que não devem ser esquecidos: os combatentes, quer de um lado quer de outro.”

6.3 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Com esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, assinalamos o 42º Aniversário da Revolução dos Cravos, de 25 de Abril de 1974, bem como o 40º Aniversário da Aprovação da Constituição da República Portuguesa, a 2 de Abril de 1976.

Ambos os acontecimentos estão relacionados. Sabemos que a Constituição, saída da Assembleia Constituinte, eleita a 25 de Abril de 1975, só foi possível porque dois anos antes aconteceu o Golpe Militar que colocou um ponto final a 48 anos de ditadura fascista. Um Golpe, conduzido e efetivado por militares, mas que ao recolher nas ruas uma clara e inequívoca adesão popular ganhou contornos que ainda hoje fazem daquele um dos dias mais bonitos das vidas de quem o viveu.

Celebramos, assim, uma Constituição que foi escrita, discutida e aprovada por homens e mulheres de Esquerda e de Direita e que contou com um amplo apoio de quase toda a sociedade. Um desses homens está hoje aqui, é o Presidente desta Assembleia Municipal, José Manuel Maia, e é para nós não só um privilégio mas também motivo de orgulho poder contar com a sua presença entre nós. Através da sua pessoa, aqui fica a nossa homenagem a todos os deputados e todas as deputadas dessa Assembleia Constituinte.

Mas falar dos 40 anos da nossa Constituição é, também, falar das sete revisões a que foi sujeita e que, apesar disso, não conseguiram retirar-lhe o cunho progressista que continha. Falar dos 40 anos da nossa Constituição é falar dos sucessivos e constantes ataques que lhe foram sendo desferidos ao longo dos últimos quatro anos por uma maioria que mais do que desrespeitar a Constituição, pretendia desferir um ataque à própria Revolução de 25 de Abril e aos valores a partir daí conquistados e efetivados.

Foram quatro anos difíceis, de muitos retrocessos. Quatro anos em que sucessivos Orçamentos de Estado viram o Tribunal Constitucional contrariar as suas intenções de levar ainda mais longe as políticas de empobrecimento e de miséria que PSD e CDS, Passos Coelho e Paulo Portas, quiseram impor de forma muito mais violenta do que pretendiam as próprias instituições que compunham a Troika que uma vez mais aterrou na Portela.



Foram quatro anos em que os portugueses e as portuguesas puderam contar com os deputados e deputadas que, na Assembleia da República, levaram ao extremo possível a defesa da Constituição e do que aí está consagrado. Deputadas e deputados que recorreram sucessivamente ao Tribunal Constitucional para deter os intentos de quem não teve vergonha de assumir, depois de eleito, que o que era preciso era «empobrecer» o país e as pessoas que nele vivem e trabalham.

Foram quatro anos de muitas derrotas. E não sabemos quantos serão agora precisos para recuperar o que foi perdido, para reconquistar o que nos foi retirado. Sabemos que, aos poucos e com muitas dificuldades, o vamos conseguindo. Mas sabemos também que há muito ainda por fazer e é para isso que aqui continuamos.

Continuaremos a ser voz para quem entende que homens e mulheres têm direitos iguais. Para quem entende que um homem e uma mulher merecem ser remunerados de forma igual se a tarefa que desempenham o for também. Seremos voz daqueles e daquelas que entendem que ninguém pode ser perseguido ou discriminado em função da cor da sua pele, da sua orientação sexual, ideologia política ou da sua religião. Seremos voz daqueles e daquelas que sabem que entre marido e mulher temos mesmo que meter a colher se quisermos acabar com as dezenas de mortes que todos anos ocorrem por todo o país, vítimas de violência doméstica. Seremos voz daqueles e daquelas que defendem que nenhum jovem pode ser preso e julgado por pretender viver num país livre, democrático e justo. Seremos voz daqueles e daquelas a quem oferecem como perspetiva menos má do futuro um trabalho mal remunerado conseguido através duma qualquer empresa de trabalho temporário, através de recibos verdes, de estágios mal justificados ou, mesmo, de quem se revolta contra quem pretende transformar em trabalho voluntário o que até aqui não o era nem nunca poderá ser. Seremos voz daqueles e daquelas que percebem que não é na linguagem que reside o principal problema de quem se sente discriminado ou discriminada em função do seu género, mas que é também pela linguagem que passa o ponto final que é preciso colocar nessas discriminações. Seremos voz destas pessoas e de muitas mais. Trazemos do passado para o presente as memórias de muitas lutas mas trazemos também as palavras de Miguel Portas: tal como ele, também nós não desistimos de nada. Em defesa de Abril e da Constituição.

Viva o 25 de Abril. Viva Almada.”

6.4 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Comemora-se hoje e aqui na Charneca de Caparica, mais um aniversário do acontecimento histórico do 25 de Abril, marcante para Portugal e para os portugueses.

Tratou-se de uma revolução que terminou com a ditadura e restaurou direitos, liberdades e garantias aos cidadãos, tendo em vista a concretização de uma sociedade democrática.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cumulativamente comemora-se o dia da Liberdade, da liberdade de ação, da liberdade de expressão e da liberdade de opinião.

E é essa liberdade que nos faz lembrar hoje e aqui que nós no PPD/PSD damos primazia a esse valor, conjugado com os princípios do humanismo, da igualdade e da solidariedade, e que se traduzem na nossa prática política.

Temos uma atuação personalista e realista, livre de espartilhos ideológicos e aberta ao debate democrático, encarando os grandes desafios do nosso tempo.

Há quem diga que comemorar o 25 de Abril, apesar da sua importância para toda a sociedade portuguesa, famílias e cidadãos, vai perdendo influência e eficácia há medida que os anos se vão transpondo.

Há quem diga que as novas gerações, nascidas em liberdade, não atribuem grande importância a um acontecimento que parece pertencer somente aos mais antigos e há quem defenda que já não faz sentido solenizar a Revolução e a conquista da democracia e da liberdade que foi o 25 de Abril de 1974.

Naturalmente que nós não estamos de acordo! Nunca é demais lembrar Abril.

Queremos também assinalar os 40 anos da Constituição da República Portuguesa aprovada em 2 de Abril de 1976 e igualmente a celebração dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas que se comemoram em 12 de Dezembro deste ano.

Vive-se hoje um momento complicado da história de Portugal, numa conjuntura crítica e espinhosa que reclamará de todos nós, no espaço de inúmeros anos, um vigor acentuado e ainda muitos sacrifícios.

Apesar das vitórias conseguidas nos últimos tempos e da melhoria substancial de qualidade de vida no nosso País nestes 42 anos, ainda nos deparamos com enormes necessidades quando comparadas com outros países da União Europeia.

E já que falamos da União Europeia quero realçar a celebração do 30º aniversário da adesão à então designada Comunidade Económica Europeia e que se concretizou em 1 de Janeiro de 1986.

A memória do 25 de Abril deve manter-se permanentemente atual e viva nos nossos corações e este ideal que orientou os capitães de Abril deve ser lembrado e colocado ao serviço de todos os portugueses e particularmente dos almadenses.

A democracia dá-nos o direito de ter opinião e de a expressar, de discordar de outras e de o manifestar.

Há um ano atrás na sessão solene tivemos oportunidade de referenciar algumas das lacunas, que em nosso entendimento, continuam a ser ignoradas pela maioria do executivo municipal e que também constituiriam uma nova forma de se cumprir Abril no nosso concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Elas são a extinção da Ecalma, que continua a perseguir ferozmente os nossos cidadãos que não tem onde estacionar, mercê da falta de ordenamento do estacionamento e da desatualização do Plano de Mobilidade e Acessibilidades!

É a não criação da Polícia Municipal!

É a falta de apoio à reconversão do comércio local!

É a teimosia em não abrir o concelho à atração de novos investimentos e à não criação de um Parque Tecnológico.

Para cumprir Abril também é fundamental que a nossa câmara municipal implemente no próximo ano o IMI familiar que este ano não quis pôr em prática, aliviando assim os impostos das famílias mais numerosas.

Mas cumprir Abril, é também acabar com as barracas que cada vez mais se multiplicam no nosso concelho e, em vez da Câmara Municipal se escudar no texto na Constituição da República, é preciso que retome uma verdadeira política de habitação social, que abandonou há já alguns anos.

Cumprir Abril em Almada, é também implementar planos de médio e longo prazo que estabeleçam metas bem definidas para o desenvolvimento sustentável do concelho e que levem à melhoria das condições de vida dos cidadãos e acima de tudo com melhor qualidade de vida, essa é a nossa obrigação e o nosso dever.

Almada também precisa que se cumpra o 25 de Abril.

E para cumprir Abril é preciso acabar com as ruas e estradas esburacadas que se reproduzem em todo o lado.

É preciso que se pavimentem as ruas onde não existe alcatrão há dezenas de anos, como infelizmente é exemplo aqui a Charneca de Caparica.

É fundamental assegurar a igualdade de oportunidades e a mobilidade social, socorrer os mais necessitados e garantir que nenhum cidadão almadense deixe de ter acesso a serviços públicos de qualidade, por razões de eventual carência económica.

É preciso apostar na ecoeficiência, nas tecnologias limpas e na valorização dos recursos naturais, que deve ser vista não apenas como um requisito essencial à qualidade de vida dos cidadãos, à proteção dos recursos e à solidariedade intergeracional, mas também como uma oportunidade para o crescimento económico do concelho.

Este é o momento para usarmos a nossa Liberdade para apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica que reforce o acesso ao emprego e fixe a nossa juventude no concelho, intensificando os critérios de rentabilidade económica nos investimentos futuros, promovendo o ambiente propício ao reforço da iniciativa empresarial.

Decididamente, temos de assumir a nossa vocação de concelho de Turismo, apostando de forma irreversível na valorização das nossas tradições e recursos naturais, rentabilizando os equipamentos existentes com mais realizações de âmbito nacional ou internacional, captando



ainda novos investimentos que permitam ao nosso concelho ser visitado e dinamizado durante todo o ano.

Temos de assegurar comunidades inclusivas e solidárias, reforçando mais o apoio e o trabalho conjunto com as Instituições Particulares de Solidariedade Social no trabalho que se quer mais direto aos mais necessitados, procurando a economia de recursos para que o universo de intervenção possa ainda ser mais alargado.

Devemos almejar a redução consistente dos custos de estrutura, promovendo e facilitando, dentro do quadro legal existente, a criação de valor em todas as atividades económicas e sociais.

O município deverá ser sempre um parceiro e não um obstáculo burocrático.

Todos temos o compromisso de reconhecer a importância e a responsabilidade de um verdadeiro serviço público prestado por todos os autarcas aos munícipes.

A gestão de dinheiros públicos implica um exame de consciência sistemático onde todas as despesas e investimentos deverão ser executados após uma análise custo/benefício bastante rigorosa.

É imperativo colocar o município de Almada e a vida dos seus munícipes como única prioridade.

Nós acreditamos em Almada!

Viva o 25 de Abril de 1974!

Viva Almada!

Viva Portugal!"

6.5 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Paulo Viegas (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Celebrar o 25 de Abril

Quarenta e dois anos após o 25 de Abril de 1974, a revolução dos cravos simboliza um momento determinante na história contemporânea de Portugal.

Festejar o 25 de Abril é essencialmente celebrar a democracia e a liberdade individual e coletiva, a consagração da cidadania e dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos e dos trabalhadores, o fim do colonialismo e do regime corporativo que o promoveu.

O Movimento das Forças Armadas agiu em nome das aspirações coletivas nacionais, defendendo no seu programa político o caminho para as eleições democráticas e a legalização dos partidos políticos, bem como a entrega do poder soberano a uma Assembleia Constituinte, a descolonização e a reposição de todas as liberdades.

Foi com o 25 de Abril que procurámos abrir caminho a uma nova etapa de desenvolvimento, deixando para trás quarenta e oito anos de ditadura.

Existem motivos para considerar que há ainda muito a fazer no sentido de um maior desenvolvimento, de mais emprego, de mais justiça, de maior igualdade de oportunidades,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mas nunca poderemos esquecer que Portugal é hoje um país absolutamente diferente, mais livre, mais justo e mais moderno do que era antes de 25 de Abril de 1974.

É facilmente verificável, fazendo um pequeno apelo à memória, que a qualidade de vida da generalidade dos cidadãos melhorou significativamente, apesar das desigualdades injustificáveis que continuam a existir.

Hoje, todos e cada um de nós temos órgãos autárquicos democraticamente eleitos, como esta Assembleia Municipal, uma Casa da Cidadania atenta aos problemas e às esperanças dos cidadãos de Almada, onde celebramos e usufruímos da convivialidade democrática e do Estado de Direito.

Em suma, "Habitamos" na liberdade.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista de Abril que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

Não nos esqueçamos, antes relembremos, os tempos em que poucos escolhiam por muitos, onde a iniciativa não tinha por onde romper, onde a Liberdade individual e de cada um não podia respirar.

E isso leva-nos a perguntas simples mas determinantes:

- Qual a realidade da democracia quando são cada vez menos os que exercem o seu dever e o seu direito de votar?
- De que serve o pluralismo se a desconfiança das cidadãs e dos cidadãos em relação aos políticos os faz achar que «são todos iguais»?
- De que serve a liberdade de expressão se nos alheamos do nosso papel?

Mais que perguntas são desafios cruciais para aqueles que se reivindicam da herança de Abril e se empenham hoje na consolidação e no aprofundamento da democracia.

Sentir Abril, celebrar o 25 de Abril na palavra de uma grande poetisa, grande entre os grandes Poetas de Portugal. A palavra, pois a Sophia de Mello Breyner Andresen:

"Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo"

No ano em que se comemoram quarenta e dois anos da alvorada libertadora do 25 de Abril, o Partido Socialista:

- Saúda os "Capitães de Abril" e todos os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas;
- Presta homenagem a todos e a todas que se bateram durante décadas de opressão pela liberdade, pela cidadania e pelos direitos humanos, sociais e culturais dos cidadãos;



- Reafirma o empenhamento em prosseguir, no quadro da Constituição da República e das competências desta Assembleia Municipal, a procura de maior igualdade de oportunidades, de mais emprego, da melhoria das condições de vida e de um maior nível de desenvolvimento social e humano.

- Apela aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para que, associados às comemorações do 25 de Abril, prossigam a luta pela afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

Viva Almada!

Viva o 25 de Abril!

Muito obrigado”

6.6 - Usou da palavra a Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho - Presidente da União da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Assinalamos este ano o 42º aniversário da Revolução de Abril e o 40º aniversário da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e pela democracia;

A Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País, que fizeram da própria Constituição uma das maiores conquistas do 25 de Abril.

Constituição da República Portuguesa marcada pela luta dos trabalhadores e do povo português que se reflete hoje nos ideais de liberdade, de democracia, de justiça social, de paz e soberania e, que por isso mesmo, sempre encontrou obstáculos e adversidades ficando sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização

Ao longo dos tempos e em diversos momentos a Constituição foi, e continua a ser atacada, tendo as sucessivas alterações resultado no empobrecimento do seu projeto de progresso e justiça social.

Não obstante, a Lei Fundamental da Democracia Portuguesa continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz, por isso mesmo, é razão para continuar a ser alvo de ataque por muitos dos que defendem e executam políticas que tanto têm penalizado o povo e o país.

Nela se inscrevem os direitos dos trabalhadores como intrínsecos à democracia, desde os direitos sindicais aos direitos laborais e à justiça, à segurança no emprego, a uma redistribuição mais justa da riqueza com a efetivação do direito a salários mais justos, a horários de trabalho mais dignos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nela se expressa o direito ao trabalho para todos e a execução de políticas económicas de pleno emprego.

Nela se reconhece às mulheres o direito à igualdade no trabalho, na família e na sociedade e importantes direitos às crianças, aos jovens, aos reformados e aos cidadãos com deficiência.

Nela se proclama a exigência da subordinação do poder económico ao poder político e a incumbência ao Estado de dar prioridade às políticas económicas e de desenvolvimento que assegurem o aumento do bem-estar social, a qualidade de vida das pessoas, a justiça social e a coesão económica e social de todo o território nacional.

Nela permanecem como princípios constitucionais, a propriedade pública dos recursos naturais e de meios de produção, de acordo com o interesse coletivo; o planeamento democrático; a participação das organizações representativas dos trabalhadores na definição das medidas económicas e sociais.

Nela permanecem os princípios de uma organização económica baseada numa economia mista, em que coexistem o sector público, privado, cooperativo e social dos meios de produção, não monopolista nem latifundista.

Nela estão consignadas as obrigações do Estado em relação a domínios tão importantes como os da educação e do ensino, da saúde, da segurança social, da cultura

Nela subsistem princípios fundamentais para a organização do Estado, como a independência dos tribunais e a autonomia do Ministério Público; a autonomia do Poder Local democrático, tão comprometido pelos cortes no financiamento e nos constrangimentos impostos pelo anterior governo com sérios prejuízos para as populações.

Nela se estipulam os justos princípios que devem nortear as relações internacionais e pelas quais Portugal se deve reger - os princípios da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos e da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, o desarmamento e a dissolução dos blocos militares.

Ao comemorarmos os 42 anos da Revolução e 40 anos da Constituição estamos a reafirmar o nosso compromisso de respeitar, defender e trabalhar para que os direitos que esta consagra continuem a existir na Lei mas que, acima de tudo sejam uma prática constante no dia a dia.

No ano em que comemoramos os 40 anos da Constituição cumpre-nos a obrigação de não desaproveitar nenhuma oportunidade para recuperar dignidade e direitos, a obrigação de responder às vontades e anseios de um povo que merece e tem direito a viver num Portugal livre, democrático e desenvolvido, a obrigação de agarrar nesta esperança e confiança renovada das mulheres e homens deste país.

Prova deste trabalho foi a aprovação de um conjunto de medidas concretas no Orçamento do Estado para 2016 que dão resposta a problemas e necessidades imediatas dos trabalhadores e do povo. Destacamos o significado e a importância de cada uma dessas medidas, porque



cada uma delas confirma que vale a pena lutar, que há outro caminho, que é possível outra política, que não estamos condenados ao retrocesso e ao falso destino das inevitabilidades.

Destas são exemplo:

- a redução das restrições à contratação na Administração Pública, em particular na Administração Local;
- um primeiro passo para o combate à precariedade na Administração Pública com o levantamento no prazo de 6 meses das situações de contratação precária existentes;
- o fim da isenção dos fundos imobiliários em sede de IMI;
- o aumento da contribuição do sector bancário;
- medidas para uma mais justa tributação dos lucros, nomeadamente com alguma limitação de isenções fiscais e redução dos prazos para reporte de prejuízos;
- a introdução de deduções fiscais por filhos ou ascendentes em sede de IRS;
- o alargamento das deduções de despesas na deficiência;
- a introdução da cláusula de salvaguarda do IMI;
- a contratação de médicos de família que estão em falta recorrendo temporariamente a médicos aposentados;
- a garantia de contratação dos médicos que não tiveram vaga para aceder ao internato;
- as alterações de sentido positivo relativamente às taxas moderadoras;

Medidas de reposição de direitos ou rendimentos que resultam da nova corelação de forças na Assembleia de Republica e são o resultado da luta firme, convicta e determinada que os trabalhadores e o povo português souberam travar, marcando um ponto de viragem na política das últimas décadas.

São medidas insuficientes para as necessidades do povo e do país - é certo -, mas pela inversão política que traduzem, transportam consigo esperança e confiança, demonstrando que um outro Portugal é possível, um Portugal mais próximo de Abril, do seu legado e das suas conquistas.

É a prova viva de que, como sempre dissemos, “as portas que Abril abriu, nunca mais ninguém as cerra”.

São esperança e confiança que se traduzem na obrigação de continuar Abril, de afirmar a democracia política, mas também a democracia social, cultural e económica, que enformam a Constituição da Republica Portuguesa, e que, efetivando este projeto, honramos gerações e gerações de democratas, homens e mulheres, que lutaram por uma vida melhor, pelos valores do trabalho e por um Portugal de futuro.

Nós, com os nossos sonhos e a determinação para lutar por um futuro com Abril, Sempre!”

6.7 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal Joaquim Judas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Quero agradecer a oportunidade que me é dada também de vos dirigir algumas palavras nesta ocasião e não poderia deixar de o fazer começando por saudar os Militares de Abril, os Capitães de Abril, aqueles que numa noite de incerteza tiveram a coragem e a determinação de tomar as iniciativas necessárias para que pudéssemos pôr fim a uma ditadura que nos dominava há já mais de quarenta e oito anos.

Saudar também naturalmente todos aqueles que resistiram durante tantos e tantos anos, passando por provas e sofrimentos imensos que abriram e cavaram o esteio por onde o caminho das transformações democráticas que ambicionávamos se pudessem concretizar.

Saudar neles todo o nosso povo português e nesta ocasião naturalmente saudar os almadenses, as almadenses, os trabalhadores e as trabalhadoras desta terra marcada também ela pela luta, pela luta pela liberdade, pela luta pela Democracia, sempre, sempre associada à luta por uma vida melhor, por um Portugal independente, por um Portugal pacífico.

O País deve também muito à luta dos almadenses e isso nós não poderíamos esquecer neste momento e nesta ocasião.

Saudar aqueles que enquanto Deputados eleitos da Assembleia Constituinte souberam interpretar a vontade do povo e a sua vontade de transformação expressa nos anos da Revolução e naturalmente saudar nesta ocasião como já aqui foi feito Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Deputado Constituinte por ter feito parte desse grupo que tanto nos honra.

Saudar também nesta ocasião e pela ocasião dos 40 anos de eleição democrática para o Poder Local, todos aqueles que ao longo dos anos assumiram funções por vontade do Povo, assumiram funções em defesa das nossas populações, pelo progresso e pela melhoria das condições de vida da nossa terra.

E naturalmente nesta ocasião não deixar de lembrar todos aqueles que nos primeiros dias ou nas primeiras horas após o 25 de Abril se puseram a caminho no sentido de serem criadas estruturas locais que resultando da vontade popular afirmassem essa vontade no imediato, eles também antecipando aquilo que devia de ser o Poder Local Democrático.

Saudar naturalmente o Fernando Proença, saudar José Martins Vieira e Maria Emília Neto de Sousa enquanto figuras eminentes dessa luta pelo Poder Local Democrático.

E saudar também encontrando-nos aqui o Movimento Associativo e nesta ocasião naturalmente saudar o Clube Recreativo Charnequense, que hoje aqui nos acolhe, a sua Direção, os seus Associados expressão viva desse movimento onde a nossa democracia tem tantas e tão profundas raízes.

Mas nesta ocasião é necessário pensarmos também saudar aqueles que prolongaram ao longo destes 42 anos de liberdade essa luta e essa ação para que nós hoje continuemos a viver em liberdade e em democracia e continuemos a sonhar por um mundo melhor. Foram anos continuados, muitos, 42 anos de luta contra as injustiças e as desigualdades, de luta



pela afirmação de direitos e pela assunção também dos deveres. No direito ao trabalho, na saúde, na educação, na cultura, na ação social, nas responsabilidades para com a nossa comunidade e para com o nosso País, em diversas situações reforçando sempre aqueles que são os valores de Abril e os valores da nossa democracia.

E também saudar o Poder Local enquanto instrumento transformador da nossa vida, no nosso caso concreto de que muito nos orgulhamos aqui em Almada, por sermos pioneiros no saneamento e hoje sermos senhores da nossa água, com uma água que é a melhor água do País na opinião de todos aqueles que nos têm apreciado e avaliado nos últimos anos.

Saudar o imenso trabalho de recuperação de vastas áreas devastadas por processos urbanísticos ilegais, ilegítimos que tantos e tantos problemas criaram ao nosso País, designadamente na Área Metropolitana de Lisboa.

Saudar também pelas conquistas e pelos resultados obtidos na área da proteção do ambiente, mas sobretudo também na promoção da solidariedade e da coesão social.

Estes 42 anos de Abril, gostava de o sublinhar, 42 anos de Abril, 40 anos da Constituição, 40 anos de eleições democráticas para o Poder Local, são no entanto também marcados pela derrota de concepções que nos tendem a dividir. A concepção de que existe um arco da governação do qual outros estão imediatamente excluídos. Concepções que nos dividem, que dividem os portugueses no que diz respeito à democracia e à expressão da liberdade.

Para uns a liberdade é inteira, a liberdade é total, a liberdade vai do voto à possibilidade de ser eleito. Mas para outros essa liberdade não existia, poderiam votar mas nunca poderiam influenciar o poder, e quero sublinhar isso, o ano de 2015 para 2016 está a provar que essa concepção pode ser derrotada, que de facto os portugueses podem unir e que nós podemos de facto ser todos iguais no acesso e no exercício da liberdade e da democracia.

Quero também sublinhar que estes 42 anos de Abril, 40 anos de democracia, 40 anos de eleição para o Poder Local são marcados por uma feroz e tenaz luta contra a ditadura do capital financeiro, uma luta terrível aos quais uns promovem, outros se submetem e outros resistem, e na qual é necessário definirmos o nosso lugar nessa luta que é da nossa época, que é do nosso tempo, é a nossa luta, volto a sublinhar. Não é a luta dos outros, é a nossa luta, por muito distante que ela pareça estar de nós.

E também sublinhar nestes 42 anos de Abril, 40 anos de Constituição e 40 anos de eleições democráticas, de eleições para o Poder Local Democrático, a luta que é necessário continuarmos a lutar contra a hipocrisia, contra a hipocrisia daqueles que destruindo o aparelho produtivo, provocando o desemprego, a emigração, retirando recursos e cavando desigualdades entre os portugueses aparecem depois como campeões da produção nacional e da luta pela justiça e pelas igualdades.



É preciso lutar e continuaremos a lutar nestes 42 anos de Abril e 40 anos da Constituição, 40 anos do Poder Local Democrático para derrotar aqueles que depois de eleitos fazem exatamente o contrário daquilo que prometem durante as eleições.

É isso que é necessário fazer, lutar para que os portugueses, todos os portugueses e portuguesas confiem na democracia, confiem de que o seu voto traz resultados, que as escolhas são as suas escolhas e isso também apela à intervenção de todos nós.

Em Almada provamo-lo ao longo dos tempos, ninguém se demite e estamos confiantes que não nos demitindo Abril se cumprirá em todas as suas dimensões. Viva o 25 de Abril, viva Almada.”

7 - Findas as intervenções o Presidente da Assembleia despediu-se de todos os presentes, voltando a agradecer aos Dirigentes da Coletividade e à Presidente da Direção, a cedência das instalações e o apoio à realização da Sessão Solene.

8 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 21H00 do dia 27 de abril de 2016.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, António José de Sousa Matos, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Maria do Carmo Mira Borges, Francisca Parreira, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Ivan da Costa Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves e João Carlos Mateus Albuquerque.

10 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA e a TV Almada; e de trinta e dois Srs. Múncipes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____